

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.305 - SP (2019/0291944-8)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : GISLEINE APARECIDA DOS SANTOS CONDE**  
**ADVOGADO : GISLEINE APARECIDA DOS SANTOS CONDE - SP226058**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : CRISTIANE DE FATIMA ARENA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## **EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO HABEAS CORPUS NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.*

## **DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de CRISTIANE DE FÁTIMA ARENA contra decisão indeferitória de provimento urgente proferida pelo Desembargador Relator do HC n.º 2208366-49.2019.8.26.0000, em tramitação no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que a Paciente teve sua prisão preventiva decretada pelo Juízo de primeiro grau, em 02/08/2019, em razão da representação formulada pela Autoridade Policial de Boa Esperança do Sul, com base em relatório de investigação, em que se apurou "*crimes extremamente graves, dentre eles o tráfico de drogas, associação para o tráfico e associação criminosa*" (fl. 31), e, ademais, "*apurou-se o envolvimento de diversos indivíduos como membros da facção criminosa denominada 'PCC', bem como pode-se identificar suas funções, sua hierarquia e divisão de tarefas*" (*ibidem*).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo pleiteando a concessão da prisão domiciliar, todavia o pedido liminar foi indeferido (fls. 19-22).

Nas razões deste *writ*, alega-se, preliminarmente, a necessidade de superação do enunciado da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal. Sustenta que faz jus à prisão domiciliar porque "*é mãe de um menino de 11 anos e que precisa de seus cuidados. Desde a prisão da paciente em 08/08/2019 o menino fica de casa em casa, passando pela casa das tias maternas, sendo tratada com carinho mas necessitando dos*

# Superior Tribunal de Justiça

*cuidados da mãe" (fl. 5).*

Aduz-se que não estão preenchidos os requisitos autorizadores da medida extrema e que são inidôneos os fundamentos utilizados para a decretação da custódia provisória.

Destaca-se, por fim, que a Paciente é tecnicamente primária e possui ocupação lícita.

Requer-se, em liminar, o trancamento da ação penal, ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas, nos moldes do art. 319 do Código de Processo Penal.

É o relatório. Decido.

Consoante posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por esta Corte, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*n*ão compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (HC 323.373/AgRg-PR, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, DJe de 17/06/2015; HC 274.058/AgRg-RJ, Rel. Min. ROGÉRIO SCHIETTI, Sexta Turma, DJe de 19/12/2013; HC 274.845/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, Quarta Turma, DJe de 29/11/2013; HC 260.126/SE, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, DJe de 29/11/2013, v.g.).

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do processo.

**No caso, não há ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal** – cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados deste Superior Tribunal de Justiça –, sobretudo porque a decisão que manteve a prisão preventiva ressaltou a periculosidade da Paciente,

# Superior Tribunal de Justiça

destacando que, no caso em apreço, "[s]ome-se, ainda, o fato que não comprovou o desenvolvimento de atividade laboral lícita, **não demonstrou ser a única responsável pelos cuidados do menor**, bem como há provas nos autos originais que indicam que a paciente exercia a função de 'Disciplina do PCC', tendo organizado o sequestro das vítimas Paulo Sérgio Alves e Nivaldo Aparecido Alves para serem julgados pelo 'Tribunal do Crime do PCC' com eventual aplicação de pena de morte – tudo a reforçar, portanto, a perigosidade da paciente" (fl. 92).

Convém registrar, ainda, que a existência de condições pessoais favoráveis – tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa – não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre na hipótese em tela.

Ademais, o trancamento do processo-crime pela via do *habeas corpus* é medida de exceção, que só é admissível quando emerge dos autos, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático ou probatório, a atipicidade do fato, a ausência de indícios capazes de fundamentar a acusação ou, ainda, a extinção da punibilidade, circunstâncias, a princípio, não evidenciadas no caso em apreço.

Destaco que, não havendo notícia de que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele Órgão a apreciação da matéria ventilada no *habeas corpus* originário, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte *a quo*, mormente se o *writ* está sendo regularmente processado.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210 do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora